PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1 (CTRAB/SUBJORNA)

Audiência Pública: Alternativas para o fim da escala de trabalho 6x1

A Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1 (CTRAB/SUBJORNA) realizou audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia no dia 30/11. Na sessão presidida pela deputada federal **Érika Hilton** (PSOL/SP) estiveram presentes:

- **Hilton Coelho**, deputado estadual (PSOL);
- **Fabíola Mansur**, deputada estadual (PSB);
- **Augusto Vasconcelos**, secretário do Trabalho do Governo do Estado da Bahia;
- **Olívia Santana**, deputada estadual (PCdoB);
- **Mário Diniz**, representante Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (SAFITEBA);
- **Emerson Gomes**, representante da Força Sindical;
- **Lúcio Omar Machado**, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- **Marcelo Carvalho**, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- **Hermelino Souza**, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- **Luiz Gastão**, deputado federal (PSD/CE);
- **Léo Prates**, deputado federal (PDT/BA);
- **Lídice da Mata**, deputada federal (PSB/BA).

O deputado estadual **Hilton Coelho (PSOL)** disse que o tema tem gerado grande identificação popular e mobilização social, especialmente entre os trabalhadores. Afirmou que, na prática, o modelo vigente nem sequer assegura o descanso semanal, caracterizando uma "escala 6,5 por 0,5", já que muitos trabalhadores não conseguem usufruir plenamente do domingo de folga.

Criticou o argumento recorrente de setores conservadores de que a ampliação de direitos trabalhistas traria prejuízos à economia. Para ele, essa visão já está superada, pois "quem dinamiza a economia é o povo trabalhador". Defendeu que mais empregos, melhores condições e jornadas mais humanas são fatores que impulsionam o desenvolvimento econômico e social do país.

Destacou ainda o caráter democrático e mobilizador das audiências, que vêm reunindo lideranças partidárias, sindicais e sociais em todo o Brasil, e afirmou que a tomada das ruas e o debate político são essenciais para consolidar a proposta no Parlamento

A deputada estadual **Fabíola Mansur (PSB)** destacou a importância simbólica de a audiência ocorrer na semana do servidor público, na Bahia — estado que, segundo ela, tem tradição de liderar lutas históricas por liberdade e direitos sociais.

Argumentou que é preciso superar o discurso das "forças invisíveis do mercado", que afirmam que reduzir a jornada geraria desemprego ou aumento de custos — narrativa que, segundo ela, não reflete a realidade global. Apresentou exemplos internacionais, observando que a maioria dos países europeus já reduziu suas cargas horárias e que apenas a Grécia mantém a escala 6x1 — e mesmo assim com redução de 40% na carga do sexto dia. Mencionou ainda que a pandemia provou ser possível manter produtividade com jornadas mais curtas e flexíveis, inclusive com o teletrabalho, e destacou, como médica, que a redução da jornada é

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

também uma questão de saúde mental, equilíbrio e direito ao lazer, conforme assegurado na Constituição.

Argumentou que o debate deve envolver as comissões de Educação, Saúde e Serviço Público. Colocou-se à disposição para capilarizar o debate em todo o Nordeste e em outros estados, defendendo que, à semelhança de lutas anteriores como a "PEC da Blindagem", a mobilização popular e o engajamento nas ruas são fundamentais para conquistar o fim da escala 6x1.

O secretário **Augusto Vasconcelos** ressaltou que o debate deve ser entendido dentro do direito constitucional ao lazer, à saúde, à cultura e à convivência familiar, e que é dever do Estado criar condições para reduzir a jornada sem reduzir salários. Relembrou que a pauta tem origem histórica no movimento sindical do século XIX. Citou como exemplo uma empresa de e-commerce instalada em Simões Filho, que adota o modelo 4x3 (quatro dias de trabalho e três de folga), e recordou que, quando presidiu o Sindicato dos Bancários da Bahia, foi implantada a jornada de seis horas diárias, o que aumentou a produtividade sem gerar prejuízos.

Argumentou que países e empresas que reduziram a jornada não tiveram perdas econômicas, mas ganhos de eficiência, produtividade e geração de empregos. Questionou, contudo, por que a tecnologia — que deveria aliviar o trabalho — tem levado a mais exaustão e adoecimento, destacando o aumento de casos de burnout, depressão, ansiedade e outras doenças mentais.

A deputada estadual **Olívia Santana (PCdoB)** disse que trabalhar seis dias e descansar apenas um é a perpetuação da escravidão, um modelo de exploração que concentra lucros nos empregadores e retira dignidade dos trabalhadores. A deputada enfatizou que a desigualdade é ainda mais cruel com as mulheres negras e trabalhadoras domésticas, das quais apenas 30% têm carteira assinada, e muitas cumprem jornadas exaustivas de 12 horas diárias, inclusive aos domingos.

Relatou que vem participando de eventos com o setor empresarial, como o Fórum do Comércio, nos quais defende publicamente a classe trabalhadora, lembrando que sem ela "não há mundo do trabalho nem mundo dos lucros". Ao observar a realidade do comércio de Salvador, onde predomina o trabalho informal e precário, classificou essa situação como trabalho análogo à escravidão, exigindo fiscalização e mobilização sindical.

Lamentou a ausência do movimento negro no debate, argumentando que essa pauta deve ser abraçada por todas as entidades negras e populares, já que a escala 6x1 atinge majoritariamente mulheres negras e trabalhadoras de baixa renda. Convocou os movimentos sociais a irem às ruas.

O argumento central de **Mário Diniz** (SAFITEBA) foi a necessidade de fortalecimento da fiscalização estatal. Diz não bastar alterar a legislação se não houver agentes públicos suficientes para garantir seu cumprimento. Lembrou que os auditores fiscais do trabalho são a única carreira de Estado com competência para fiscalizar jornadas e condições laborais, mas o Brasil possui apenas 30% do número de auditores recomendados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com esse déficit, apenas 3% das empresas são efetivamente fiscalizadas, o que faz com que a jornada 6x1, na prática, só seja cumprida "por quem quer". Revelou que, na Bahia, apenas 83 fiscalizações de jornada foram realizadas em 2024, das quais 77 apresentaram irregularidades, demonstrando a gravidade da situação.

Ressaltou ainda os impactos na saúde e segurança ocupacional, informando que meio milhão de trabalhadores foram encaminhados ao INSS entre 2023 e 2024 por doenças

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

psicossociais, muitas delas causadas por jornadas excessivas. Argumentou que a sobrecarga de trabalho é gatilho frequente de acidentes e doenças mentais, e que o Estado acaba arcando com os custos previdenciários de um problema que poderia ser prevenido com fiscalização adequada.

Defendeu que o governo federal precisa nomear imediatamente os 800 auditores aprovados em concurso público, medida essencial para que o Brasil se aproxime do patamar mínimo exigido pela OIT e consiga tirar as leis do papel, garantindo o cumprimento real dos direitos trabalhistas.

Concluiu fazendo um apelo ao Congresso e ao presidente Lula, lembrando que o próprio presidente é "um acidentado do trabalho", e, portanto, conhece de perto a realidade da classe trabalhadora. Afirmou que o país tem agora uma oportunidade histórica de saldar uma dívida política com os trabalhadores, transformando o Brasil em uma nação mais justa, fiscalizada e protetiva para quem trabalha.

Emerson Gomes, da Força Sindical, iniciou sua intervenção destacando que a luta pela redução da jornada de trabalho é histórica e central para o movimento sindical, tanto no Brasil quanto no mundo. Lembrou que as primeiras mobilizações operárias, ainda no século XIX, tiveram como bandeira justamente a redução da jornada e o fim do trabalho infantil, temas que foram fundamentais para a consolidação dos direitos trabalhistas modernos.

Fez uma retrospectiva das conquistas legislativas, recordando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) fixou a jornada em 48 horas semanais, e que a Constituição de 1988 reduziu esse limite para 44 horas, avanço fruto direto da pressão sindical. Entretanto, ressaltou que o mundo do trabalho mudou profundamente, e que a jornada atual já não atende às necessidades humanas e sociais dos trabalhadores, sendo necessário adequá-la à nova realidade produtiva e tecnológica.

Enfatizou que trabalhar menos "não é uma utopia, mas uma questão de qualidade de vida e justiça social". Diversas categorias profissionais, segundo ele, já conquistaram jornadas menores — como 36 horas semanais — por meio da negociação coletiva, o que demonstra a viabilidade e os efeitos positivos da medida.

Contrariando o argumento patronal de que a redução da jornada geraria desemprego ou prejuízo econômico, o dirigente afirmou que a experiência tem mostrado o contrário: ao diminuir o tempo de trabalho, há criação de novos empregos, distribuição de renda e aumento de produtividade. Segundo ele, há estudos que apontam que reduzir de 44 para 40 horas semanais poderia gerar milhões de novos postos de trabalho e reduzir o desemprego estrutural.

Também relacionou a pauta à saúde mental e ao bem-estar dos trabalhadores, observando que o "excesso de trabalho é um dos principais fatores de adoecimento e afastamento pelo INSS". Relembrou o princípio histórico das "8 horas" — oito de trabalho, oito de descanso e oito de vida social —, afirmando que o trabalhador "não quer só comida, quer também lazer, cultura e tempo de convivência familiar".

Defendeu que a redução da jornada deve ocorrer sem redução salarial, pois a produtividade e o crescimento do país dependem diretamente da força de trabalho humana. Concluiu dizendo que essa luta não é apenas sindical, mas civilizatória, destinada a sensibilizar o empresariado, o Congresso e a sociedade para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, equilibrado e humano, no qual trabalhar para viver substitua o paradigma de viver para trabalhar.

Lúcio Omar Machado, da CUT, observou que quase quatro décadas depois de 1988, o avanço tecnológico e o aumento da produtividade não se traduziram em melhorias nas condições

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

de vida do trabalhador. Pelo contrário, resultaram em "maior estresse, sobrecarga e adoecimento, tornando urgente repensar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal".

Durante sua intervenção, destacou a aprovação da urgência do PL de autoria do senador Lindbergh Farias, que trata da jornada dos trabalhadores em plataformas offshore e onshore. Apontou a injustiça existente entre trabalhadores que exercem as mesmas funções, mas sob regimes distintos, como 14x21 e 14x14, defendendo a uniformização das jornadas e condições de trabalho justas para todos.

Também reforçou dados trazidos pelos auditores fiscais do trabalho, que mostram o baixo cumprimento da legislação trabalhista na Bahia — dos 83 estabelecimentos fiscalizados, 77 apresentaram irregularidades. Para ele, isso demonstra a necessidade de fortalecer a fiscalização e comprova que o sistema atual é insustentável.

Citou ainda informações de que a média de jornada em São Paulo gira em torno de 37 horas semanais, argumentando que chegar a uma jornada de 36 horas é perfeitamente viável no Brasil. Segundo ele, essa redução representaria um avanço social e civilizatório, capaz de melhorar a qualidade de vida e o equilíbrio emocional dos trabalhadores, sem comprometer a produtividade.

Marcelo Carvalho, da UGT, afirmou que o evento representa "uma revolução no mundo do trabalho", e que a Bahia deve ser novamente vanguarda das transformações sociais. Elogiou a construção da PEC 08/2025, proposta por Érika Hilton e sua equipe, e fez um apelo para que todas as centrais sindicais e categorias se debrucem sobre o texto e levem o debate às bases e às assembleias, especialmente entre trabalhadores por aplicativos, que hoje estão "à margem da representação sindical e submetidos a jornadas de 17 a 20 horas diárias". Ressaltou que essa categoria carrega parte significativa da economia nacional, sustentando indústrias, cadeias logísticas e serviços essenciais, e precisa ser incluída no debate sobre dignidade e direitos trabalhistas.

Aproveitou o espaço para defender a criação de um piso salarial estadual para a Bahia, superior ao salário mínimo nacional, destacando que outros estados como Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro já adotam pisos regionais diferenciados. Segundo pesquisa da UGT, o piso ideal baiano deveria ser de R$ 1.719, cerca de R$ 200 acima do atual mínimo nacional.

Reforçou que a proposta de Érika Hilton vai além de uma questão econômica — trata-se de uma mudança civilizatória, que impõe ao capital o dever de valorizar o trabalho e reconhecer quem gera a riqueza do país. Defendeu ainda que o movimento sindical deve lutar não apenas pela substituição da escala 6x1 por 5x2, mas sim pela escala 4x3, prevista na PEC 08, que assegura três dias de descanso a cada quatro de trabalho. Essa medida, segundo ele, representa o verdadeiro salto de qualidade de vida que a classe trabalhadora merece.

Afirmou que o movimento sindical tem força para mobilizar o país e que "os poderosos tremem quando os trabalhadores tomam as ruas". Destacou que a luta pela jornada digna deve incluir mulheres, população LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e negros, ressaltando que a maioria da população baiana — negra e trabalhadora — ainda não ocupa espaços de poder e segue recebendo apenas um salário mínimo em grande parte das categorias.

Hermelino Souza (CTB) iniciou sua fala parabenizando especialmente os comerciários, lembrando que 20 de outubro é o Dia Nacional dos Comerciários, instituído por Getúlio Vargas em 1932, quando a categoria conquistou a redução da jornada de trabalho. Destacou o simbolismo de discutir novamente, quase um século depois, o mesmo tema — agora ampliado para todas as categorias trabalhadoras do país.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Lembrou que em 2024, durante a campanha nacional dos bancários, a categoria apresentou à Fenaban uma proposta de jornada 4x3, o que demonstra que a pauta já tem apoio crescente dentro do movimento sindical. Considera que o fim da escala 6x1 é uma reivindicação legítima e popular, conectada com os anseios da população brasileira, que "deseja mais tempo para viver, estudar, cuidar da saúde e da família".

Destacou o impacto desproporcional da atual jornada sobre as mulheres, que frequentemente acumulam dupla ou tripla jornada de trabalho, entre emprego, tarefas domésticas e cuidados familiares. Argumentou que a redução da jornada é também uma pauta feminista e de justiça social, pois permitiria que as mulheres tivessem mais tempo para si e para o convívio familiar.

Ressaltou que o debate está avançando no Senado Federal, sob a liderança do senador Paulo Paim, e defendeu que o Congresso Nacional precisa abraçar a causa com responsabilidade e sensibilidade, ouvindo os diferentes setores, mas assumindo o papel de "transformar o sentimento popular em legislação efetiva".

Reforçou que a redução da jornada não compromete a produtividade — ao contrário, a aumenta. Trabalhadores saudáveis, com equilíbrio entre vida pessoal e profissional, produzem mais e melhor. Apresentou dados recentes para sustentar seu argumento: Segundo pesquisa do Instituto Quaest (julho de 2025), 71% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1; e estudo do DIEESE indica que reduzir a jornada para 40 horas semanais poderia gerar 2,5 milhões de empregos, enquanto uma redução para 36 horas criaria até 8,8 milhões de novas vagas.

O deputado e **relator Luiz Gastão (PSD/CE)** mencionou experiências internacionais, que têm servido de referência para subsidiar tecnicamente o relatório, e valorizou a contribuição das centrais sindicais, empresários e acadêmicos ouvidos nas audiências públicas em diferentes estados.

Também abordou o papel dos pequenos e microempresários, reconhecendo suas preocupações com os possíveis impactos econômicos da redução da jornada, citando estimativas de aumento de até 30% nos custos em certos setores. Mesmo assim, defendeu que o trabalhador e o salário são o maior bem social das empresas, destacando sua própria experiência como empresário e dirigente sindical.

Criticou o fato de incentivos fiscais muitas vezes não se converterem em melhorias salariais ou condições dignas de trabalho, defendendo a criação de mecanismos que premiem empresas que valorizam a mão de obra e promovam melhores relações entre capital e trabalho. Propôs ainda vincular benefícios tributários à qualidade dos empregos gerados e à capacidade de distribuição de renda.

O deputado federal **Léo Prates** (PDT/BA), presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, afirmou que o Brasil precisa "unir verdades diferentes em prol da melhor verdade para o país", elogiando o equilíbrio entre a visão empresarial do deputado Luiz Gastão e a defesa social de Érika Hilton, que, segundo ele, formam um "casamento simbólico" entre capital e trabalho.

Relacionou o debate sobre a jornada de trabalho à saúde mental dos trabalhadores, afirmando que a luta contra a exaustão e o estresse laboral é também uma luta pela vida e pela dignidade. Defendeu o diálogo como método político e elogiou o governo federal pela criação da Diretoria de Saúde Mental no Ministério da Saúde, considerada um avanço relevante.

A deputada federal **Lídice da Mata (PSB/BA)** afirmou que a proposta percorre o país ouvindo trabalhadores e diferentes setores da sociedade, e que há viabilidade política e econômica para sua implementação. Rememorando sua experiência como constituinte,

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

observou que toda conquista trabalhista enfrentou resistência com o argumento de que geraria desemprego ou prejuízo à economia.

Explicou que o desafio atual é encontrar soluções específicas para setores que exigem funcionamento contínuo, como o polo petroquímico, lembrando que na Constituição de 1988 foi garantida jornada reduzida de seis horas para atividades ininterruptas, sem prejuízo econômico para o país.

Enfatizou que a redução da carga horária também é uma pauta de equidade de gênero, pois beneficia principalmente as mulheres, que acumulam responsabilidades de cuidado e enfrentam maior precarização no setor de comércio e serviços. Defendeu que é preciso dividir as tarefas domésticas e familiares entre homens e mulheres, o que só será possível com uma jornada mais curta para ambos.

A deputada **Érika Hilton (PSOL/SP)** conduziu a audiência destacando a importância do debate nacional sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, apontando que essa é uma demanda histórica da classe trabalhadora. Celebrou o fato de o evento ocorrer na Bahia — estado que, embora tenha registrado a menor taxa de desemprego da série histórica, ainda figura entre os que têm maior número de pessoas desempregadas e na informalidade.

Enfatizou que a proposta busca equilibrar dignidade e responsabilidade econômica, reconhecendo as diferenças entre grandes empresas e pequenos empreendedores. Relatou reuniões com ministros do governo federal, como Simone Tebet (MPO) e Fernando Haddad (MF) para buscar subsídios econômicos e estudos que embasem o texto. Defendeu que o país está preparado para avançar na redução da jornada, como já ocorre em países vizinhos como Colômbia e México, e afirmou que a escala 6x1 representa uma forma de “escravidão moderna”, que atinge principalmente mulheres negras e trabalhadoras LGBT, segundo a parlamentar.

Traçou um paralelo entre a resistência à redução da jornada e as críticas históricas dirigidas à abolição da escravidão e à criação de direitos como férias, 13º salário e licença-maternidade, argumentando que os mesmos discursos de “quebra da economia” foram superados no passado. Segundo ela, há estudos que estimam a criação de mais de três milhões de empregos com a mudança.

Também, destacou o valor humano da pauta, afirmando que o corpo “pede pausa” e que o trabalhador precisa de tempo para conviver com a família, descansar e viver com dignidade. Ao final, defendeu uma transição gradual: avançar da escala 6x1 para 5x2, e futuramente para 4x3, buscando consolidar consenso entre bancadas, setores patronais e movimentos sociais. A deputada agradeceu o apoio das colegas Fabíola Mansur (PSB) e Olívia Santana (PcdoB).

Em síntese, focaram na urgência de uma política estadual integrada de trabalho, emprego e renda. A Assembleia Legislativa encaminhará um relatório oficial ao Ministério do Trabalho e Emprego, reunindo as propostas apresentadas, com o objetivo de consolidar a Bahia como referência nacional na retomada das políticas de geração de emprego, qualificação e desenvolvimento inclusivo.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1 (CTRAB/SUBJORNA)

Audiência Pública: Alternativas para o fim da escala de trabalho 6x1

A Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1 (CTRAB/SUBJORNA) realizou, nesta semana, audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Na sessão presidida pelo deputado Bohn Gass (PT/RS) estiveram presentes:

- **Magda Barros Biavaschi**, desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e atualmente vinculada ao Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), da Unicamp;
- **Gabriel Bezerra Santos**, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - Contar;
- **Rodrigo de Oliveira Calais**, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/RS;
- **Lúcia Garcia**, economista sênior do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese;
- **Fabiano Zalazar**, analista do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul – Sindjus/RS
- **Gabriel Constantino**, vereador de Canoas (RS);
- **Cristian Fontella**, presidente Sindicato dos Comerciários e vereador de Santo Ângelo (RS);
- **Cleonice Back**, suplente do senador Paulo Paim (PT/RS);
- **Marco Daniel Rockenbach**, representante do Sindicomerciários de Lajeado;
- **Ivo Dallacqua Júnior**, Vice Presidente da Fecomércio SP; e
- **Guilherme Scozziero,** coordenador do Conselho de Relações do Trabalho (Contrab) da FIERGS.

Magda Biavaschi, do CESIT/Unicamp, situou a luta pela redução da jornada de trabalho como uma batalha histórica, que remonta ao século XIX, quando trabalhadores — inclusive mulheres e crianças — "morreram extenuados no chão das fábricas". Relacionou a discussão sobre a jornada ao contexto brasileiro. Explicou a diferença entre escala 6x1 e jornada de trabalho, enfatizando que eliminar a escala sem limitar a jornada semanal e diária pode gerar retrocessos. Defendeu que a luta deve ser "acoplada" — isto é, a eliminação da escala 6x1 deve vir acompanhada da redução da jornada de trabalho. Elogiou a proposta da deputada Erika Hilton (PSOL/SP), que previa, inicialmente, jornada de 36 horas semanais, com limite de 8 horas diárias e escala 4x3, por considerar que ela impede aumentos disfarçados de jornada e dialoga com experiências internacionais exitosas, especialmente nos países nórdicos, onde a redução da jornada se associou à melhora das condições de vida, à ampliação do emprego e à redução do adoecimento.

Observou que a redução da jornada contribui para aliviar o sistema público de saúde, evitando doenças e desequilíbrios mentais decorrentes da sobrecarga laboral, e amplia a participação da população economicamente ativa, inclusive de mulheres e jovens. Citou exemplos da América Latina, como México e Chile, onde reformas recentes têm mostrado que é possível combinar produtividade com bem-estar social.

Em seguida, defendeu que o Brasil precisa consolidar um estatuto universal de proteção ao trabalho, que assegure direitos e garantias a todas as pessoas que trabalham, independentemente da forma de contratação ou da natureza da atividade. Recordou que o artigo

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

7º da Constituição Federal estabelece direitos fundamentais para trabalhadores urbanos e rurais e proíbe o retrocesso social, inspirando-se em diretivas recentes da União Europeia que presumem que todo trabalho deve ser protegido por normas sociais e previdenciárias.

Alertou para o debate que tramita no Supremo Tribunal Federal (**Tema 1389**) sobre a possibilidade de trabalhadores serem contratados como pessoas jurídicas para exercer funções essenciais, o que considerou um grave risco de precarização. Concluiu afirmando que o Brasil precisa ser "moderno", no sentido de garantir direitos e sonhos a todas as pessoas que trabalham, e reiterou que a "verdadeira modernidade está em assegurar jornada reduzida com direitos, não sem eles".

Gabriel Bezerra Santos, da Contar, disse que o Brasil precisa seguir o exemplo de países como Holanda, Dinamarca, Alemanha e Suíça, onde a redução das horas de trabalho já se traduziu em ganhos de produtividade e qualidade de vida. Destacou experiências positivas dentro do próprio Rio Grande do Sul, onde jornadas reduzidas foram implementadas com apoio até de empresários locais, que reconheceram melhora na produtividade e no bem-estar das equipes. Reforçou que a mudança traria impactos sociais profundos: mais tempo para a família, divisão mais justa das tarefas domésticas, redução do estresse e do adoecimento físico e mental — fatores que, segundo ele, afetam milhões de trabalhadores em todo o país.

Defendeu que a redução da jornada deve ocorrer sem diminuição de salários, já que os rendimentos atuais são insuficientes para atender às necessidades básicas das famílias. Lembrou que, na semana anterior, a Contar reuniu em Brasília mais de 150 dirigentes e trabalhadores rurais de todo o país, ocasião em que o fim da escala 6x1 foi definido como prioridade nacional da categoria. Citou a participação da federação do Ceará e dirigiu agradecimentos pessoais ao deputado Gastão (PSD/CE) pela abertura ao diálogo.

Afirmou que mais de 60% dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul estão na informalidade; no Ceará, o índice ultrapassa 80%; entre 1995 e 2024, cerca de 70 mil trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo, sendo 80% deles assalariados do campo. Esses números, segundo ele, evidenciam a desigualdade estrutural no meio rural e a urgência de políticas de valorização do trabalho digno.

Também classificou como "perda de direitos ocorrida nos últimos anos, com a eliminação das *"horas in itinere"* (tempo de deslocamento até o local de trabalho), o que, em sua visão, agravou a exploração de trabalhadores que, em muitos casos, cumprem jornadas de 12 a 13 horas diárias ao todo – se contabilizar a chegada e a volta de fazendas e unidades produtivas distantes".

Rodrigo de Oliveira Calais, do CTB-RS, apresentou dados de uma pesquisa nacional do Observatório do Estado Social Brasileiro, realizada com 3.775 trabalhadores em 394 municípios. O levantamento mostrou que 27% dos trabalhadores apresentaram atestados médicos no último mês, 21% chegaram atrasados ao trabalho e 33% gastam mais de 1h30 no deslocamento casa-trabalho, sendo que muitos percorrem mais de 30 km por dia. Além disso, 70% dos trabalhadores enfrentam estresse ocupacional e 30% já apresentaram sintomas de síndrome de burnout. Somente em 2024, houve 472 mil afastamentos por transtornos mentais, um aumento de 134% em relação à última década, com destaque para 141 mil casos de ansiedade, 113 mil de depressão e 52 mil de transtorno depressivo recorrente.

Destacou que há cerca de 40 milhões de trabalhadores formais no país, dos quais 33 milhões estão submetidos à escala 6x1, com forte incidência entre jovens negros periféricos e trabalhadores do comércio varejista. Em contraposição, lembrou que países como França, Bélgica, Portugal e Espanha já reduziram suas jornadas legais, sendo que a Espanha caminha para 37 horas semanais, com resultados positivos em produtividade, saúde mental e qualidade

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

de vida. “Mais tempo para a família, mais tempo para o lazer, mais tempo para a qualificação. Essa é a essência da proposta”, afirmou.

Em relação às proposições legislativas, a CTB defende especialmente o **Projeto de Lei nº 67/2025**, de autoria da deputada Diana Santos (PCdoB/RS), que reduz a jornada para 40 horas semanais sem redução salarial e assegura dois dias consecutivos de folga (modelo 5x2). Rebateu o argumento empresarial de que a redução deveria ocorrer apenas por negociação coletiva. Para ele, essa expectativa é irreal, pois “quem participa de mesa de negociação sabe o quão difícil é avançar até em uma vírgula de um acordo”. Disse que confiar apenas na negociação criaria uma “hierarquia de direitos”, com trabalhadores de primeira, segunda e terceira classe, dependendo da força de cada categoria.

Lúcia Garcia (Dieese) destacou que o Brasil mantém a mesma referência legal de jornada há mais de 40 anos, mesmo diante da revolução tecnológica. Enquanto outras nações reduziram suas cargas horárias e aumentaram investimentos em produtividade, o Brasil se mantém preso a um padrão que “transfere riqueza da vida dos trabalhadores para o sistema internacional”. Argumentou que a produtividade não pode ser dissociada da taxa de investimento, da inovação tecnológica e da qualidade das relações de trabalho. Criticou a reforma trabalhista de 2017 por ter “alargado” a jornada de forma indireta, ao permitir regimes como o 12x36, estender intervalos e normalizar horas extras sem justificativa, segundo ela. Mencionou o crescimento da “pobreza de tempo” — o fenômeno de trabalhadores com longas jornadas e pouco tempo para descanso, estudo e convivência —, que amplia desigualdades e mina a saúde coletiva.

Defendeu uma redução planejada e progressiva da jornada, sem redução de salários, articulada a um modelo de desenvolvimento que concilie produtividade e qualidade de vida. Criticou também a fragilização da negociação coletiva após a reforma, afirmando que “a terceirização tirou a voz sindical da mesa”.

Fabiano Zalazar (Sindijus) lembrou que, historicamente, setores empresariais reagiram com alarmismo a conquistas trabalhistas — citando manchetes antigas que previam “o colapso da economia com o 13º salário ou com a escravidão” — e afirmou que o mesmo discurso se repete agora com a redução da jornada.

Disse que o Brasil, décima economia do mundo, ocupa apenas a 51ª posição entre 105 países em poder de compra dos trabalhadores, mostrando que o crescimento não se converte em qualidade de vida. Trouxe exemplos de empresas e órgãos públicos que já reduziram jornadas com ganhos concretos de produtividade: a Microsoft Japão, por exemplo, adotou a semana de quatro dias e registrou aumento de 40% na produtividade e queda no consumo de energia.

No setor público, relatou experiências semelhantes, com melhorias na saúde dos servidores e queda no absenteísmo. Citou o caso do Judiciário gaúcho: em 2023, houve 1.700 afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho, totalizando 67 mil dias de trabalho perdidos por estresse, burnout e lesões ocupacionais. Para ele, a redução da jornada é não só meritória, mas necessária para preservar a produtividade e a sustentabilidade humana do trabalho.

O vereador **Gabriel Constantino (Canoas/RS)** criticou o esvaziamento da audiência por parte de representantes patronais, interpretando como “um gesto simbólico de quem só aceita o diálogo até o ponto em que o contraditório incomoda”. Ele descreveu a realidade do município que representa — o terceiro maior do Estado, com economia baseada em serviços —, onde observa uma população e uma juventude adoecidas pela sobrecarga laboral e pela ausência de tempo para estudar e conviver com suas famílias.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Criticou o que classificou como “a hipocrisia de discursos meritocráticos” que culpam jovens por não cursarem faculdade: “não é falta de vontade, é falta de tempo”, afirmou. Lembrou que, enquanto as elites têm condições de jantar com seus filhos e acompanhar sua educação, os trabalhadores “chegam tarde, exaustos, e não convivem com a própria família”. Para ele, a redução da jornada é também uma política de igualdade de oportunidades, comparável à Lei de Cotas: “é o direito de o filho da trabalhadora estudar ao lado do filho do patrão”.

O vereador **Cristian Fontella** (Santo Ângelo/RS) descreveu a rotina dos comerciários submetidos a metas abusivas e pressões psicológicas que se estendem além do expediente. Explicou ainda que muitos precisam continuar vendendo pelo celular, enviando mensagens a clientes, mesmo em casa. Destacou as dificuldades específicas das mulheres comerciárias, que enfrentam jornada dupla sem creches públicas ou escolas de tempo integral, e muitas vezes têm de pagar transporte particular ou deixar os filhos com vizinhos. Criticou duramente a postura da Fecomércio-RS, que, segundo ele, se recusa a negociar jornada de trabalho, enquanto defende que o tema seja resolvido via negociação coletiva.

Cleonice Back (suplente do senador Paulo Paim) reforçou que o foco não é disputar “qual projeto é melhor”, mas garantir redução da jornada sem redução salarial. Recordou a **PEC 148/2015** de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), e citou experiências já em curso em Portugal, Reino Unido, Bélgica, Nova Zelândia, Alemanha e França. Trocou o eixo da fala para as mulheres trabalhadoras, que acumulam dupla/tripla jornada, muitas vezes sem sequer “minutos de lazer”, e defendeu que a pauta seja tratada como prioridade de gênero. Argumentou que reduzir jornada gera empregos formais, aumenta a base de contribuintes e ajuda a sustentar a Previdência, especialmente num cenário de automação/IA. Lamentou a ausência da representação patronal no fim do debate: “é olho no olho que se enfrenta o que importa — a vida das pessoas”.

Marco Daniel Rockenbach (Sindicato dos Comerciários de Lajeado) voltou ao eixo do custo: lembrou que, enquanto se alega inviabilidade para reduzir jornada, existem renúncias fiscais próximas de R$ 800 bilhões (2025). Criticou a cultura de penduricalhos em Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) que condicionam benefícios à assiduidade (“se faltar para ir ao médico, perde”), e defendeu dignidade, salário decente e escala 5x2. Ressaltou que comerciários não trabalham só 44h: ficam conectados 24h via celular para bater metas, o que “escraviza por tecnologia”. Relatou, ainda, que as enchentes no Vale do Taquari serão usadas por anos como justificativa para conter reajustes, embora trabalhadores também tenham sido gravemente atingidos.

Com posicionamento contrário à redução da Jornada 6x1, **Ivo Dallacqua Júnior** (Fecomércio-SP), apresentou uma exposição técnica. Em nome do setor terciário e produtivo, argumentou que a PEC contém inconsistências internas e riscos econômicos significativos, além de contrariar o princípio constitucional de que mudanças na jornada devem ocorrer via negociação coletiva, e não por imposição legal.

Iniciou apontando que a proposta mistura conceitos ao prever 36 horas semanais distribuídas em quatro dias de trabalho e três de descanso (modelo 4x3). Isso implicaria trabalhar nove horas por dia para atingir 36 horas — contrariando o limite máximo de oito horas diárias previsto na própria PEC. “Há uma contradição de princípios”, afirmou. A aplicação universal a todos os setores, segundo ele, desconsidera as diferenças de cada atividade e cria um “teto rígido” que inviabilizaria o trabalho nos dias de descanso, exceto por negociação.

Disse que a Constituição de 1988 já prevê a negociação como caminho legítimo para definir jornadas diferenciadas, e que a própria **Lei dos Comerciários** (fruto de acordo entre a CNTC e a CNC) fixou o princípio de que alterações de jornada só podem ocorrer mediante convenção coletiva — o que, segundo ele, “já apontava para a modernidade”.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Em seguida, apresentou dados comparativos internacionais. A jornada legal semanal é de 48 horas na Alemanha, Argentina, Colômbia e México; 44 horas no Brasil; 40 horas nos Estados Unidos e Japão; e 35 horas na França — único país com jornada legal inferior, mas que precisou, posteriormente, autorizar por negociação coletiva o trabalho além desse limite.

O relevante não é a jornada nominal, mas a jornada anual efetivamente praticada. Em 2024, o Brasil registrou 1.709 horas de trabalho por ano; os Estados Unidos, 1.997 horas; e a Alemanha, 1.349 horas, com produtividade superior. Ou seja, mesmo com jornada menor, a Alemanha alcança maior produtividade, resultado — frisou — de negociações graduais e investimentos em tecnologia, e não de imposições legais. A jornada alemã "é de 48 horas por lei, mas chegou a 34 horas semanais na prática, por negociação".

Também comparou produtividade e remuneração: o trabalhador brasileiro produz o equivalente a 25% do trabalhador americano, segundo dados do CDL. Enquanto um americano gera cerca de US$ 70 por hora trabalhada, o brasileiro fica em torno de US$ 17. A produtividade menor, combinada com encargos elevados, cria uma estrutura de custo desproporcional à competitividade global. Alertou ainda para o paradoxo dos custos trabalhistas no Brasil, que incluem: 13º salário; 30 dias de férias com acréscimo de um terço (equivalente a 40 dias pagos e não trabalhados); 12 feriados nacionais (além de estaduais e municipais); e seguro-desemprego e outras garantias legais.

Esses fatores, somados, resultam — segundo ele — num modelo "com alta disfarçabilidade da remuneração, pois paga-se por um volume expressivo de dias não trabalhados". No formato 4x3, haveria 161 horas de trabalho e 204 horas de descanso remunerado, tornando o descanso superior ao tempo efetivo de trabalho. "O país pagaria mais pelo descanso do que pelo trabalho", sintetizou. Apresentando cálculos de impacto, estimou que a redução de 44 para 36 horas elevaria a folha de pagamento em pelo menos 18%, e em 27% se a jornada for de 32 horas, com efeitos mais severos para micro e pequenas empresas, que precisariam contratar substitutos ou ampliar equipes. "O aumento da folha precisa ser repassado aos preços — e nem todas as empresas conseguem. Teremos impactos em cadeia, pressão inflacionária e risco de quebra em setores intensivos em mão de obra."

Defendeu que categorias com arranjos próprios — como profissionais da saúde (12x36), bancários e professores — chegaram a esses modelos por negociação coletiva e que o sistema seria inviabilizado se imposto de forma uniforme. "Refazer tudo isso é complexo e depende muito mais do que boa vontade", afirmou. Também abordou o impacto demográfico e estrutural, lembrando que "o Brasil envelheceu antes de enriquecer" e que o país perdeu o bônus demográfico. Assim, qualquer política protetiva deve vir acompanhada de responsabilidade fiscal e realismo econômico. Citou ainda o exemplo do trabalho doméstico: a **Lei Complementar 150**, que ampliou direitos, teria reduzido a formalização do setor, pois "um trabalhador que ganha R$ 2 mil custa R$ 4.600 ao empregador", enquanto na informalidade pode alcançar ganhos equivalentes sem encargos — e, ao fim, ambos teriam direito ao mesmo BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Encerrando, defendeu que o excesso de proteção pode gerar exclusão, empurrando à informalidade, e reiterou que a negociação coletiva é o único caminho legítimo e equilibrado para ajustar jornadas e direitos, respeitando a capacidade produtiva das empresas, que ele definiu como "patrimônio da sociedade, e não apenas de seus titulares".

Neste mesmo sentido crítico à PEC, **Guilherme Scozziero** (FIERGS) alertou que a medida, embora bem-intencionada, parte de uma base conceitual e matemática equivocada. Segundo ele, a atual legislação já estabelece uma jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com possibilidade de compensação via negociação coletiva — o que já confere flexibilidade suficiente às empresas.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

A partir dessa constatação, argumentou que, independentemente da forma como a jornada fosse ajustada, o resultado seria o mesmo: aumento expressivo de custos para as empresas. Ele afirmou não compreender a lógica de que reduzir horas de trabalho poderia aumentar a produtividade ou reduzir custos.

De acordo com estimativas da FIERGS, apenas na indústria, a redução da jornada para 36 horas representaria um aumento de R$ 113 bilhões por ano em gastos com folha de pagamento. Esse montante, inevitavelmente, seria incorporado aos preços dos produtos, resultando em pressões inflacionárias que, segundo ele, equivaleriam "a imprimir dinheiro", pois se criaria uma expansão artificial de custos sem aumento real de produtividade.

O impacto, contudo, não se limitaria ao setor privado. Ressaltou que a medida teria reflexos diretos sobre o setor público por uma questão de isonomia. O custo adicional para o Estado seria de aproximadamente R$ 70,8 bilhões anuais, sendo R$ 15,7 bilhões para a União, R$ 18,7 bilhões para os estados, R$ 22,6 bilhões para os municípios e R$ 13,8 bilhões para empresas estatais. Além disso, haveria um acréscimo de R$ 2,9 bilhões nos contratos de prestação de serviços da administração pública, já que as empresas contratadas repassariam seus novos custos trabalhistas.

Também projetou um cenário ainda mais oneroso caso a jornada fosse reduzida para 32 horas, o que geraria R$ 180 bilhões de aumento de custo na indústria e R$ 150 bilhões no setor público, equivalentes a uma elevação média de 20% a 25% no custo da mão de obra. Esses aumentos, segundo ele, acabariam por pressionar os preços, aumentar a informalidade e, com o tempo, achatar os salários reais.

Sobre o argumento da produtividade, reconheceu o empenho da força de trabalho nacional, mas apontou que o problema está nas condições estruturais da economia. Citando dados internacionais, afirmou que a produtividade brasileira corresponde a apenas 25% da americana, ocupando a centésima posição entre 189 países. A título de comparação, disse que a Noruega tem produtividade quatro vezes maior e a Bélgica, 3,7 vezes superior à do Brasil.

Defendeu, por isso, o caminho da negociação coletiva, que permite ajustes específicos conforme o perfil de cada atividade. Destacou ainda o risco de perda de competitividade internacional caso o Brasil aumente artificialmente seus custos trabalhistas. A elevação dos preços internos reduziria a capacidade exportadora e limitaria a entrada de divisas, fundamentais para sustentar o equilíbrio da balança comercial.

Afirmou que, embora a jornada legal brasileira seja de 44 horas semanais, a média real praticada gira entre 38 e 39 horas, o que demonstra que a redução já ocorre naturalmente, sem necessidade de mudança constitucional. Além disso, lembrou que nenhum país do mundo fixou por lei uma semana de apenas quatro dias de trabalho, sendo a Bélgica, em 2022, o único caso que autorizou essa prática, mas apenas mediante acordo individual com o empregador, e não por imposição legal. Um ano após a aprovação da norma, apenas 0,8% dos trabalhadores belgas haviam aderido ao modelo 4x3.

O **deputado Luiz Gastão (PSD/CE)** ressaltou que o sistema S é fundamental para a formação profissional e para o desenvolvimento da economia. "É preciso preservar seus recursos, que têm destinação social e resultados concretos." Apesar de ser de um partido de centro, ressaltou que há necessidade da pauta e que o País deve convergir sobre a importância dela.

Destacou a necessidade de um relatório equilibrado que garanta dignidade ao trabalhador sem comprometer a sustentabilidade das empresas. Ele, que preside a Frente Parlamentar Católica, associou a proposta ao princípio da doutrina social da Igreja, defendendo

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

que “nem o socialismo nem o liberalismo resolvem a questão da dignidade humana — ela se constrói com equilíbrio e justiça”.

Além disso, destacou a importância do diálogo federativo e da participação das entidades produtivas na regulamentação da reforma, alertando para o risco de concentração de competências e receitas no nível federal. Defendeu que o novo modelo tributário não pode enfraquecer o papel das entidades regionais e dos serviços sociais autônomos, argumentando que elas atuam diretamente na qualificação da mão de obra e no apoio às micro e pequenas empresas.

O deputado Bohn Gass explicou o trâmite: debate na Comissão do Trabalho (com subcomissão relatada pelo deputado Luiz Gastão), e necessidade de apreciação pelo Plenário da Câmara e Senado; sendo PEC, exige 308 votos em dois turnos na Câmara e quórum qualificado no Senado. Foi anunciado novo seminário em 10/11, 14h, no Auditório Nereu Ramos (Câmara dos Deputados).

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br